



Características adicionais do mercado de trabalho 2012-2017

 ISBN 978-85-240-4472-4
 © IBGE, 2018

Um conjunto de informações necessárias à realização do monitoramento conjuntural das tendências e flutuações da força de trabalho brasileira é investigado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua e divulgado pelo IBGE mensalmente por meio da composição de trimestres móveis. Essas informações são obtidas junto aos domicílios selecionados para responder à pesquisa em todas as cinco visitas e disseminadas por ocasião da divulgação dos trimestres correspondentes. Todavia, a pesquisa investiga ainda um outro conjunto de informações sobre força de trabalho que possui caráter mais estrutural, e diferentemente das informações utilizadas para o monitoramento conjuntural, são investigadas apenas na primeira visita ao domicílio selecionado para responder à pesquisa. Entre essas informações estão:

- Associação a sindicato;
- Turno de trabalho;
- Cooperativa de trabalho ou produção;
- Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- Tamanho do empreendimento; e
- Local do estabelecimento.

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2017, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. As tabelas de resultados, as notas técnicas e demais informações sobre a PNAD Contínua encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=21073>>.



População ocupada

Com 89 668 mil pessoas em 2012, a população de 14 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência da pesquisa apresentou crescimento anual, atingindo o maior contingente (92 626 mil pessoas) em 2015. No ano seguinte, a retração de 1,5% (1 435 mil pessoas) levou essa população a totalizar 91 191 mil pessoas. Em 2017, com reversão do movimento de queda, a discreta expansão da população ocupada (0,3%) resultou no contingente de 91 449 mil pessoas.

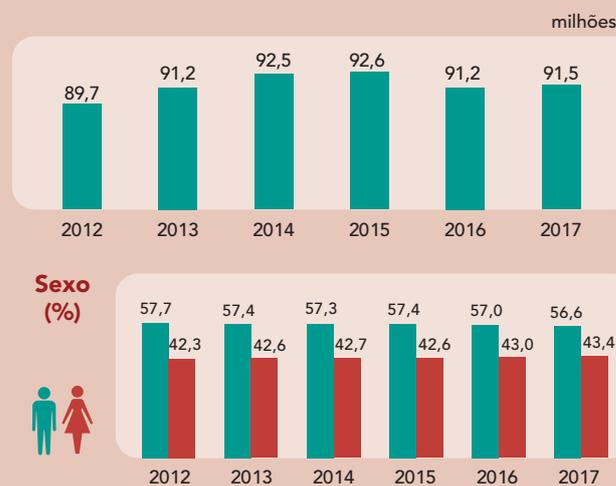
Quando analisada por sexo, a participação de homens e mulheres na população ocupada não apontou para mudança estrutural entre 2012 e 2017, permanecendo o predomínio dos homens, cuja estimativa alcançou 56,6% em 2017.

Mesmo sem alteração relevante na composição da ocupação, foi possível observar que a queda do contingente de ocupados de 2015 para 2016 foi mais acentuada entre os homens: de uma redução de 1 435 mil ocupados nesse período, 1 215 mil foram de homens. Além disso, em 2017, a expansão ocorreu apenas na ocupação das mulheres, enquanto a dos homens continuou em queda. O movimento desse último ano contribuiu para que a diferença do percentual entre ambos os sexos atingisse o menor valor desde 2012.

A leve recuperação da ocupação em 2017 não foi acompanhada por crescimento do emprego no setor privado com carteira de trabalho assinada, que nesse ano teve queda de 1 126 mil pessoas, passando a representar 36,3% das pessoas ocupadas. Por outro lado, os trabalhadores por conta própria e os empregados no setor privado sem carteira assinada mantiveram a trajetória de crescimento, expandindo seus contingentes em cerca de 600 mil pessoas, cada, atingindo proporções de 25,3% e 12,2%, respectivamente. Os trabalhadores domésticos (6,8%), os empregados no setor público (12,4%), os empregadores (4,6%) e os trabalhadores familiares auxiliares (2,5%) não tiveram alterações importantes em suas participações na composição da ocupação.

Em 2017, a distribuição da população ocupada por grupos de atividade mostrou que a Indústria geral (13,0% ou

Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência

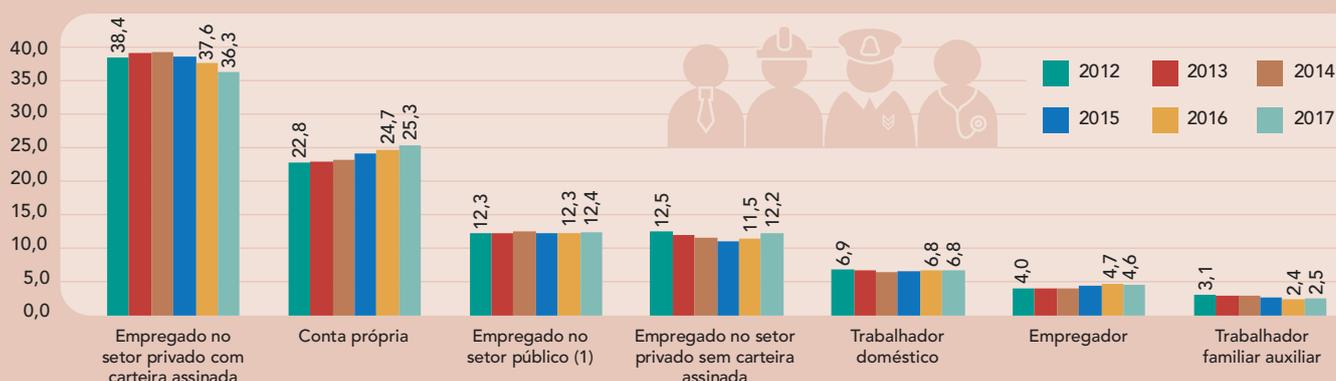


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

11 848 mil pessoas), o Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (19,2% ou 17 585 mil pessoas), os serviços de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (10,9% ou 9 996 mil pessoas) e a Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (17,1% ou 15 638 mil pessoas) responderam, conjuntamente, por 60,2% (55 066 mil pessoas) do total de ocupados (91 449 mil pessoas) no País.

A queda da ocupação de 2015 para 2016 foi mais intensa na Indústria geral, que registrou perda de 1 308 mil pessoas ocupadas, mas também observada nos grupamentos de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (436 mil pessoas) e Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (332 mil pessoas).

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2016.

(1) Inclusive servidor estatutário e militar

O movimento de recuperação da população ocupada em 2017 foi verificado nos grupamentos de Indústria geral (335 mil pessoas) e Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (111 mil pessoas).

O destaque em 2017, contudo, ocorreu no grupamento de Alojamento e alimentação que expandiu seu contingente em aproximadamente 500 mil pessoas, passando a representar 5,7% da população ocupada.

População ocupada, segundo os grupamentos de atividades

Grupamentos de atividade no trabalho principal	População ocupada (%)					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	11,5	11,2	10,5	10,2	10,0	9,5
Indústria geral	14,3	13,9	14,4	13,8	12,6	13,0
Construção	8,4	8,8	8,4	8,3	8,1	7,7
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	18,9	19,0	18,9	19,1	19,2	19,2
Transporte, armazenagem e correio	4,7	4,6	4,7	4,7	5,1	5,0
Alojamento e alimentação	4,2	4,6	4,6	4,8	5,2	5,7
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	10,7	10,7	11,2	11,1	10,8	10,9
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	16,0	16,0	16,4	16,6	17,1	17,1
Outros serviços	4,3	4,6	4,4	4,6	4,8	5,0
Serviços domésticos	6,9	6,7	6,5	6,6	6,9	6,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

(1) Inclui atividades mal definidas.

Associação a sindicato²

Em 2017, no País, das 91 449 mil pessoas que estavam ocupadas na semana de referência da pesquisa, 14,4% (13 137 mil pessoas) estavam associadas a sindicato. Regionalmente, o Norte apresentava a estimativa mais baixa (12,6%) e o Sul a mais alta (16,2%).

Por sexo, houve uma pequena diferença nos percentuais de homens (14,7%) e mulheres (14,0%) associados. Contudo, no Sudeste ela aprofundou-se, atingindo 1,8 ponto percentual a mais para os homens. A Região Nordeste foi a única a apresentar percentual de mulheres ocupadas sindicalizadas superior ao dos homens na mesma condição.

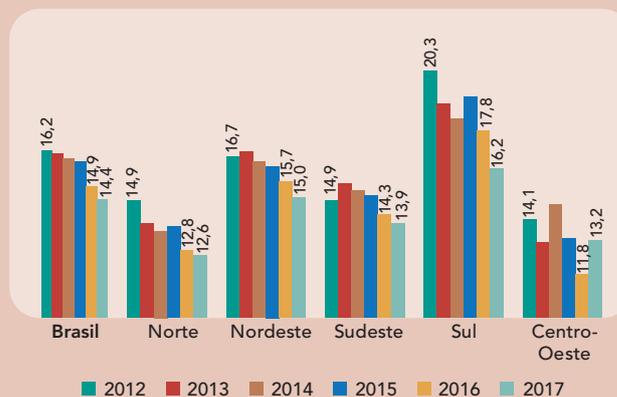
Entre 2012 e 2015, foram observadas pequenas oscilações do percentual de associados a sindicato no Brasil, com estimativas que variaram de 16,2% (2012) a 15,8% (2015). Em 2016, houve redução dessa taxa, passando a 14,9%. O movimento de queda permaneceu em 2017, quando o indicador registrou seu menor valor (14,4%).

Todas as Grandes Regiões tiveram redução de 2015 para 2016; e, com exceção do Centro-Oeste que mostrou recuperação do indicador em 2017, as demais regiões mantiveram a redução também em 2017. A Região Sul teve os maiores percentuais em todos os anos, como também foi a que mostrou a principal redução desse indicador entre 2012 (20,3%) e 2017 (16,2%). Norte (12,6%) e Centro-Oeste (13,2%) apresentaram as menores estimativas em 2017.

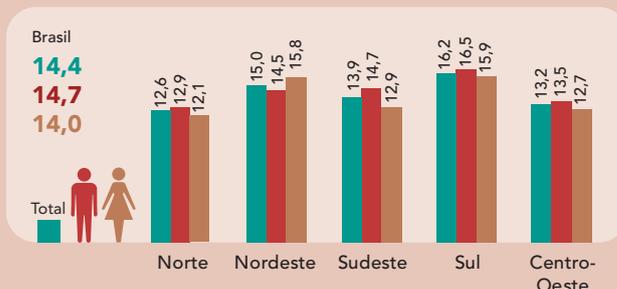
² Para as pessoas ocupadas na semana de referência ou que foram ocupadas antes dessa semana, foi pesquisado se, na semana de referência, eram filiadas a algum sindicato, independentemente das características do(s) trabalho(s) que tiveram. Entendeu-se como sindicato a associação de uma ou mais categorias para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais de todos aqueles que exercem atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, e que tivesse Carta de Reconhecimento do Ministério do Trabalho ou registro em cartório como tal. Não foi considerada como associada a sindicato a pessoa que representava uma empresa filiada a sindicato patronal.

Pessoas associadas a sindicato

Grandes Regiões (%)



Sexo (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.

Além das diferenças regionais, a associação a sindicato variou de acordo com a posição na ocupação e a categoria do emprego. Em 2017, 36,3% (33 195 mil pessoas) da população ocupada estava inserida como empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada. Outro grande contingente era formado pelos trabalhadores por conta própria, que responderam por 25,3% (23 105 mil pessoas) da ocupação. O primeiro grupo apresentou taxa de sindicalização³ de 19,2%, enquanto entre os trabalhadores por conta própria, essa estimativa foi inferior à metade (8,6%).

Os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada e os empregados no setor público responderam por cerca de 12,0% da ocupação, em ambos os casos. Contudo, os patamares das taxas de sindicalização foram bastante distintos, com os sem carteira no setor privado apresentando uma das menores estimativas (5,1%) e os empregados no setor público registrando a maior (27,3%).

Os trabalhadores familiares auxiliares, que representavam 2,5% (2 246 mil pessoas) da população ocupada, tinham a quarta maior taxa de sindicalização (11,5%), com cerca de 258 mil trabalhadores associados a sindicato em 2017.

Entre 2012 e 2015 a taxa de sindicalização dos empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada variou de 20,9% a 20,4%. Em 2016, a queda de 1,7 ponto percentual resultou na taxa de 18,7%; e, com estimativa de 19,2% no ano seguinte, esses trabalhadores foram os únicos ocupados a não registrarem redução da taxa de sindicalização em 2017.

Os empregados no setor público (inclusive servidor estatutário e militar) tiveram a maior estimativa em 2014 (29,4%), reduzindo-a posteriormente. De 2015 para 2016 ocorreu a principal queda (1,4 ponto percentual). O menor valor foi de 27,3% em 2017.

De 2016 para 2017, a taxa de sindicalização dos trabalhadores familiares auxiliares teve a maior retração do período (de 14,7% para 11,5%), seguidos pelos empregadores (de 17,4% para 15,6%) e pelos trabalhadores por conta própria (de 9,7% para 8,6%).

Associação a sindicato, segundo os grupamentos de atividades

Grupamentos de atividade no trabalho principal	Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência		
	Distribuição percentual (%)	Associadas a sindicato	
		Taxa (%)	Absoluto (mil pessoas)
Total (1)	100,0	14,4	13 137
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	9,5	21,1	1 840
Indústria geral	13,0	17,1	2 027
Construção	7,7	6,9	489
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,2	10,0	1 758
Transporte, armazenagem e correio	5,0	17,5	801
Alojamento e alimentação	5,7	6,8	358
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	10,9	17,0	1 695
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	17,1	23,6	3 691
Outros serviços	5,0	6,2	282
Serviços domésticos	6,8	3,1	196

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

(1) Inclui atividades mal definidas.

Taxa de sindicalização, segundo a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Taxa de sindicalização (%)					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total (1)	16,2	16,1	15,9	15,8	14,9	14,4
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	20,9	20,5	20,0	20,4	18,7	19,2
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	5,4	5,4	5,4	5,1	5,7	5,1
Trabalhador doméstico	2,7	2,8	3,3	3,0	3,6	3,1
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	28,4	29,0	29,4	28,9	27,5	27,3
Empregador	18,6	16,7	16,0	16,5	17,4	15,6
Conta própria	11,3	11,2	10,5	10,3	9,7	8,6
Trabalhador familiar auxiliar	14,7	16,2	14,8	14,9	14,7	11,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

(1) Inclui atividades mal definidas.

³ Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência na posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal e que eram associadas a sindicato em relação ao total de pessoas ocupadas na posição na ocupação e categoria do emprego.

A análise da associação a sindicato, de acordo com os grupamentos de atividade, mostrou que a Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura respondeu por 9,5% da população ocupada e possuía uma das mais elevadas taxas de sindicalização⁴ (21,1%) entre todos os analisados. O grupamento de Transporte, armazenagem e correio, com 5,0% do total de ocupados chegou a taxa de sindicalização de 17,5%. O grupamento de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com cerca de 20,0% dos ocupados do País, apresentou taxa de sindicalização (10,0%) inferior à taxa nacional (14,4%), enquanto o de Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais registrou a maior taxa de sindicalização (23,6%) em 2017. Na Indústria geral, 17,1% dos seus ocupados eram associados a sindicato.

De 2015 para 2016, a queda da população ocupada foi de 1,5% (1 435 mil pessoas), enquanto a dos ocupados sindicalizados foi de 7,4% (1 082 mil pessoas). Praticamente, metade da redução do contingente de sindicalizados foi proveniente da Indústria geral (506 mil pessoas). Outros grupamentos, como Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (142 mil pessoas), Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (148 mil pessoas) e Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (128 mil pessoas) também tiveram queda no número de associados a sindicato.

Em 2017, a discreta recuperação de população ocupada não interrompeu a redução do contingente de associados a sindicato, cuja queda foi de 3,2%. Nesse ano, praticamente, todas as atividades tiveram diminuição no contingente de sindicalizados, com a Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura registrando a principal queda de associados (208 mil pessoas); e, mesmo a expansão da população ocupada na Indústria geral não foi convertida em crescimento de sindicalizados nessa atividade.

O grupamento de Alojamento e alimentação teve o maior crescimento de ocupados

(10,6%) de 2017, com acréscimo de 499 mil pessoas; contudo, essa atividade que normalmente registra baixa taxa de sindicalização, reduziu ainda mais essa estimativa (6,8%) em 2017, não contribuindo, portanto, para a expansão do contingente de associados a sindicato. A maior redução (1,3 ponto percentual) ocorreu na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que passou de 22,4% para 21,1%.

Frente a 2012, os grupamentos de atividade da Indústria geral (4,0 pontos percentuais) e de Transporte, armazenagem e correio (3,3 pontos percentuais) tiveram as principais quedas da taxa de sindicalização. Os Outros serviços e os Serviços domésticos foram os únicos a não apresentarem retração do indicador nessa comparação.

Outro aspecto apresentado foi o nível de instrução e a associação a sindicato. Distribuindo as populações ocupada total e ocupada sindicalizada foram observadas as maiores concentrações de pessoas nos níveis sem instrução e fundamental incompleto e no ensino médio completo e superior incompleto para ambas as populações. Contudo, no nível superior completo estava concentrado 18,5% da população ocupada, enquanto entre os ocupados sindicalizados essa estimativa alcançava 31,3%.

Pessoas ocupadas com nível superior completo (%)



Taxa de sindicalização, segundo os grupamentos de atividades

Grupamentos de atividade no trabalho principal	Taxa de sindicalização (%)					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total (1)	16,2	16,1	15,9	15,8	14,9	14,4
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	23,2	23,2	23,6	23,0	22,4	21,1
Indústria geral	21,1	20,4	19,7	20,1	18,0	17,1
Construção	8,9	8,4	8,0	7,7	6,6	6,9
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	10,5	10,0	10,0	10,6	10,4	10,0
Transporte, armazenagem e correio	20,8	21,4	20,9	20,8	18,4	17,5
Alojamento e alimentação	7,7	9,1	8,2	7,8	7,6	6,8
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	18,8	19,5	18,6	18,2	17,6	17,0
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	24,8	25,4	24,9	25,1	23,7	23,6
Outros serviços	6,1	6,8	6,3	6,1	5,9	6,2
Serviços domésticos	2,7	2,8	3,3	3,0	3,6	3,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

(1) Inclui atividades mal definidas.

⁴ Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência no grupamento de atividade do trabalho principal e que eram associadas a sindicato em relação ao total de pessoas ocupadas no grupamento de atividade.

Turno de trabalho⁵

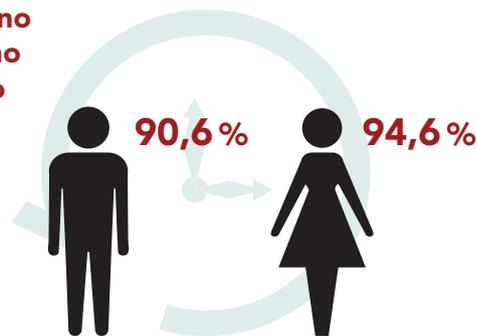
Em 2017, das 91 449 mil pessoas ocupadas no País, 92,5% trabalhavam somente no turno diurno. Em relação a 2016, essa estimativa ficou praticamente estável (92,4%).

Ao longo da série histórica da pesquisa, verificou-se proporção menor de homens ocupados trabalhando no turno diurno quando comparada a observada entre as mulheres. Destaca-se que, ainda assim, essa proporção ficou acima de 90%, em todos os anos. Em 2017, 94,6% das mulheres ocupadas trabalhavam nesse turno, ao passo que entre os homens essa proporção era de 90,9%. A maior diferença de proporção de ocupados no turno diurno entre homens e mulheres ocorreu em 2017 (4,0 pontos percentuais).

Em 2017, a Região Nordeste apresentou a maior proporção de ocupados nesse turno no trabalho principal (93,0%), seguida pelas Regiões Norte (92,6%), Sul, Centro-Oeste (92,4%) e Sudeste

(92,3%). Frente a 2012, as Regiões Sul e Centro-Oeste tiveram as principais quedas desse indicador, com 1,1 e 1,0 ponto percentual, respectivamente.

Trabalham no turno diurno no trabalho principal



Cooperativa de trabalho ou produção⁶

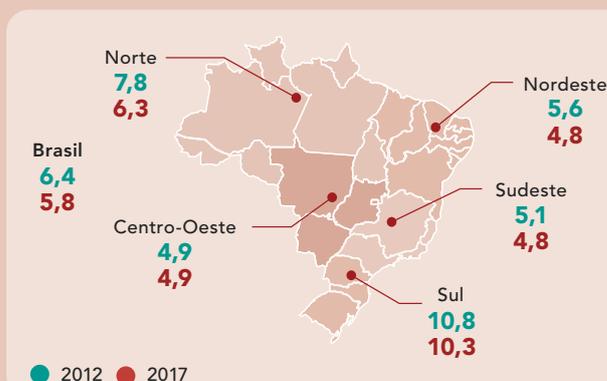
Em 2017 havia 27 338 mil pessoas ocupadas como empregadores ou trabalhadores por conta própria no trabalho principal. Em relação a 2016, esse contingente teve crescimento de 2,2% (576 mil pessoas), variação maior, portanto, que a de 0,3% (259 mil pessoas) ocorrida na população ocupada total do País. Todas as Grandes Regiões mostraram crescimento dessa população em 2017, com exceção do Nordeste que teve queda de 3,5%. Na comparação com 2012, a expansão dos empregadores ou trabalhadores por conta própria no País foi de 13,7%.

Do total de ocupados como empregadores ou trabalhadores por conta própria, 5,8% (1 589 mil pessoas) eram associados a cooperativa de trabalho ou produção em 2017. Essa estimativa ficou praticamente estável em relação a 2016, quando atingiu 5,9% (1 568 mil pessoas). A maior estimativa desse indicador (6,4%) ocorreu em 2012.

O percentual de associados a cooperativa de trabalho ou produção no total de ocupados como empregadores ou trabalhadores por conta própria diferiu conforme a Grande Região. A Região Sul teve o maior percentual em todo o período, seguida pela Região Norte. Em 2017, a Região Centro-Oeste (4,9%) apresentou a maior redução.

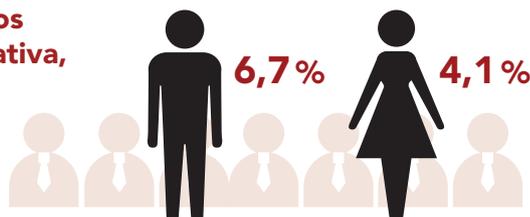
Quando investigado por sexo, o percentual de associados a cooperativa de trabalho ou produção era maior entre homens (6,7%) que entre mulheres (4,1%). O ano de 2016 apresentou a menor diferença entre as duas populações de cooperados: 6,4% e 4,7%, respectivamente, dos homens e mulheres.

Pessoas ocupadas como empregadores ou trabalhadores por conta própria, associadas a cooperativa de trabalho ou produção (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2017.

Associados a cooperativa, por sexo



⁵ Para a pessoa ocupada na semana de referência foi investigado se a jornada normal do trabalho era integralmente noturna ou diurna. Entendeu-se por jornada diurna qualquer período de tempo decorrido no intervalo que se estende das 5:00 horas às 22:00 horas do mesmo dia. Entendeu-se por jornada noturna qualquer período de tempo decorrido no intervalo que se estende das 22:00 horas de um dia às 5:00 horas da manhã do dia seguinte.

⁶ Para as pessoas que eram conta própria ou empregadoras no trabalho principal, foi pesquisado se, por esse trabalho, eram associadas a alguma cooperativa, associação ou grupo de produção informal.

Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ⁷

Em 2012, 23,9% dos ocupados como empregadores ou trabalhadores por conta própria estavam em empreendimentos registrados no CNPJ. Esse percentual aumentou ano a ano, alcançando 28,9% em 2016. No ano seguinte, contudo, foi observada a primeira retração do indicador, estimado em 28,0% em 2017.

Ao longo da série, o registro no CNPJ era maior entre as mulheres, principalmente em 2013, quando a diferença alcançou 2,8 pontos percentuais. Em 2017, ela se reduziu, sendo a proporção superior em 1,0 ponto percentual para as mulheres (28,7%), comparativamente aos homens (27,7%). Todavia, a queda dessa diferença foi provocada pela redução mais acentuada do registro no CNPJ entre as mulheres (1,3 ponto percentual) do que entre os homens (0,7 ponto percentual).

O registro no CNPJ variou bastante segundo as Grandes Regiões. A Região Norte apresentou percentual em torno de 12,0% ao longo de toda a série. A Nordeste, cuja estimativa também ficou abaixo da média nacional (28,0%), mostrou tendência de crescimento, alcançando 15,9% em 2017. As Regiões Sudeste e Sul, com os maiores valores do indicador, tiveram trajetória de crescimento até 2016. Em 2017, contudo, recuaram para 34,6% e 38,1%, respectivamente.

Frente a 2012, o crescimento no percentual de registrados no CNPJ na Região Nordeste chegou a 35,0%.

A distribuição das pessoas ocupadas como empregadores ou trabalhadores por conta própria no trabalho principal por grupamentos de atividade teve nos Serviços sua maior proporção (37,0%) em 2017. Apesar da concentração da ocupação naquela atividade, a taxa de cobertura de CNPJ⁸ foi maior no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (42,5%), enquanto nos Serviços era de 34,2%. A Indústria geral respondeu por cerca de 10,0% da população de empregadores ou trabalhadores por conta própria, entretanto, dentre esses que estavam nesse grupamento, 27,1% possuíam registro no CNPJ.

Registro no CNPJ de empregador e trabalhadores por conta própria, segundo os grupamentos de atividades

Grupamentos de atividade no trabalho principal	Empregador e trabalhadores conta própria		
	Distribuição percentual (%)	Com registro no CNPJ	
		Taxa (%)	Absoluto (mil pessoas)
Total (1)	100,0	28,0	7 662
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	14,9	6,1	249
Indústria geral	10,2	27,1	754
Construção	14,5	12,4	492
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	23,4	42,5	2 713
Serviços (2)	37,0	34,2	3 451

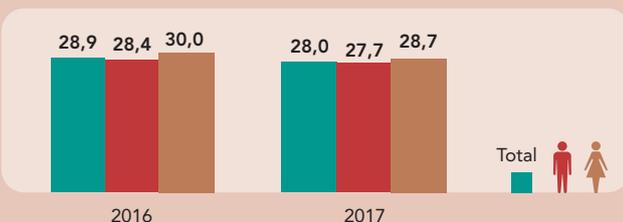
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

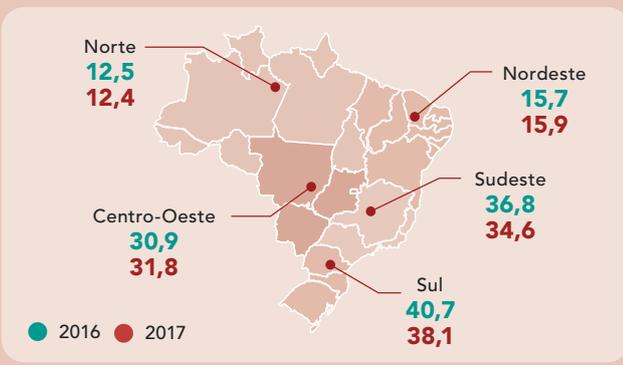
(1) Inclui atividades mal definida. (2) Compreende as seguintes atividades: Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; Administração pública, defesa e seguridade social, Educação, saúde humana e serviços sociais.

Pessoas ocupadas como empregadores ou trabalhadores por conta própria, em empreendimento registrado no CNPJ

Sexo (%)



Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

⁷ Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram empregadoras ou conta própria em atividade não agrícola, foi pesquisado se o empreendimento tinha registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Receita Federal.

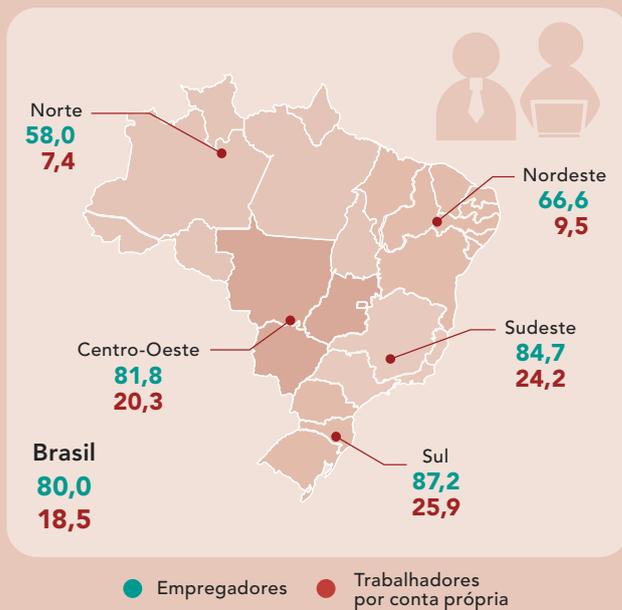
⁸ Percentual de pessoas ocupadas como empregadores ou conta própria no grupamento de atividade do trabalho principal com CNPJ em relação ao total de pessoas ocupadas como empregadores ou conta própria no grupamento de atividade.

Em 2017, a redução de registro no CNPJ ocorreu nos grupamentos de atividade com as maiores taxas de cobertura desse cadastro, como Serviços (de 36,9% para 34,2%), Indústria geral (de 29,6% para 27,1%), e Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (de 43,8% para 42,5%). Com relação aos dois primeiros grupamentos, mesmo tendo havido crescimento da população ocupada como empregadores ou trabalhadores por conta própria em seus contingentes em 2017, essa expansão não evitou a queda do registro no CNPJ.

Quando foram investigados os trabalhadores por conta própria separados dos empregadores, observavam-se diferenças importantes. Em 2017, no Brasil, 18,5% dos ocupados como trabalhadores por conta própria possuíam CNPJ; entre os empregadores essa cobertura era de 80,0%. A Região Norte tinha as menores estimativas para ambas as populações, enquanto a Sul possuía as maiores.

A análise separada dessas duas populações também apontou para o predomínio de mulheres registradas no CNPJ. Esse padrão era acentuado entre os empregadores, com 77,8% de homens empregadores com CNPJ e 85,2% de mulheres com esse registro; ao passo que entre os trabalhadores por conta própria com CNPJ essas estimativas foram de 17,7% e 20,0%, respectivamente, para homens e mulheres. Na Região Norte a diferença entre mulher empregadora com CNPJ (75,1%) e homem empregador com CNPJ (51,4%) chegou a 23,7 pontos percentuais; enquanto para a condição de trabalhador por conta própria com registro naquele cadastro a diferença a favor das mulheres baixava para 2,1 pontos percentuais.

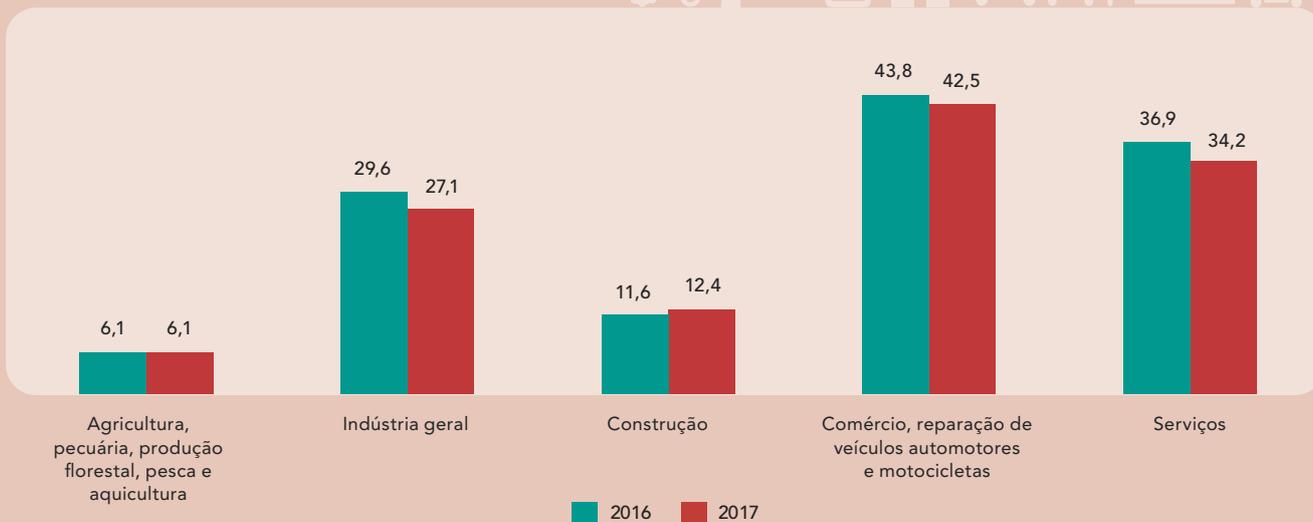
Empregadores e trabalhadores por conta própria em empreendimento registrado no CNPJ (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

Registro no CNPJ de empregadores e trabalhadores por conta própria, segundo os grupamentos de atividades (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

Em 2012, 14,9% dos trabalhadores por conta própria tinham registro no CNPJ. Essa estimativa apresentou tendência de crescimento nos anos seguintes, alcançado 18,9% em 2016. Em 2017, com proporção de 18,5%, cerca de 4 277 mil daqueles trabalhadores possuíam CNPJ. Entre os empregadores a trajetória de crescimento foi interrompida em 2015 (82,5%); em 2017 a proporção foi de 80,0 % (3 385 mil pessoas).

Tanto entre os trabalhadores por conta própria (3,9%) quanto entre os empregadores (33,7%), o grupamento de atividade da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura apresentou a menor taxa de cobertura de CNPJ em 2017. Por outro lado, o Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas alcançou o maior percentual para ambos os casos.

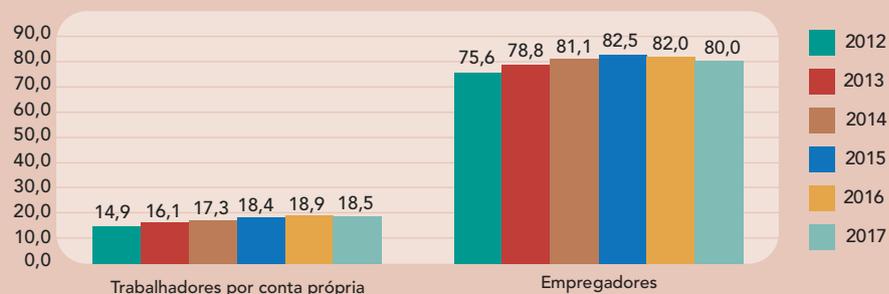
De 2016 para 2017, as principais quedas ocorridas na taxa de cobertura de CNPJ entre os empregadores foram nos grupamentos da Indústria geral (de 89,2% para 86,4%) e dos Serviços (de

85,8% para 81,8%). Para os ocupados como trabalhadores por conta própria as retrações foram maiores no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (de 28,4% para 27,1%) e nos Serviços (de 26,9% para 25,3%).

A análise por nível de instrução mostrou que a taxa de cobertura de CNPJ cresce com o aumento do nível de instrução. Enquanto apenas 9,0% dos trabalhadores Conta própria Sem instrução e fundamen-

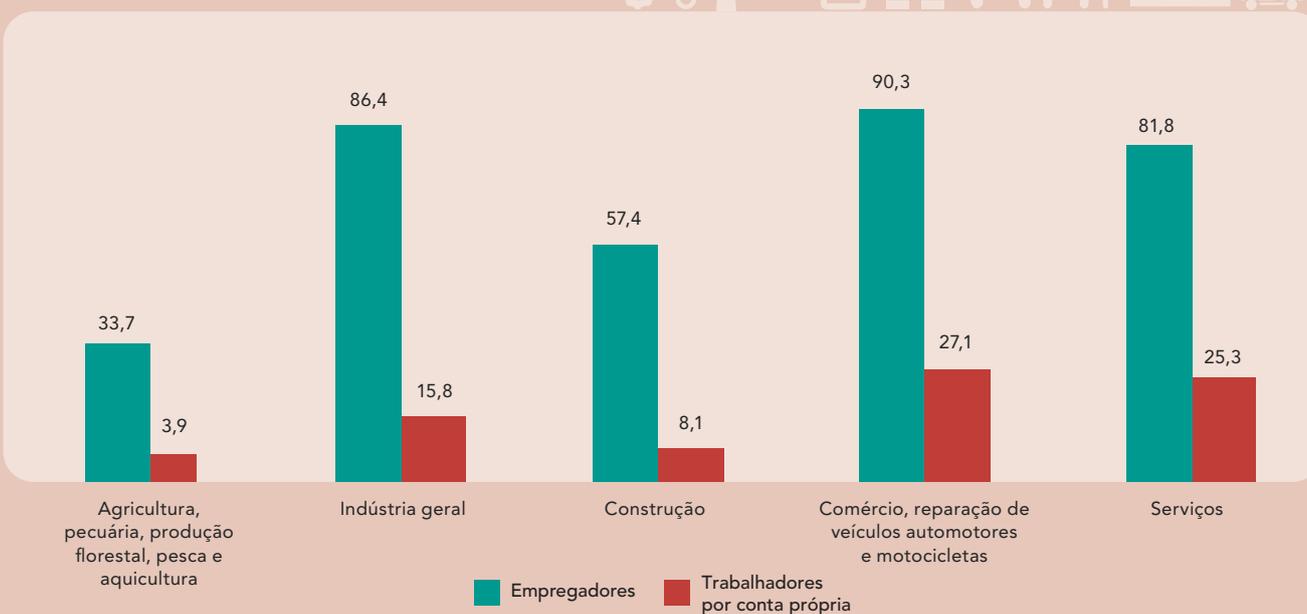
tal incompleto possuíam registro no CNPJ, essa taxa chegou a 42,7% quando se referia aos trabalhadores por Conta própria com nível Superior completo. Entre os Empregadores ocorreu dinâmica semelhante. Vale ressaltar, contudo, que no caso de Empregadores Sem instrução e fundamental incompleto a taxa de cobertura de CNPJ (57,0%) superou a dos ocupados como Conta própria com Ensino Superior completo (42,7%).

Empregadores e trabalhadores por conta própria registrados no CNPJ (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2017.

Taxa de cobertura de CNPJ de empregadores e trabalhadores por conta própria, por grupamentos de atividade (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência.

Tamanho do empreendimento⁹

Em 2012, havia 72,4 milhões de pessoas ocupadas (exceto os empregados no setor público e os trabalhadores domésticos). Em 2015, esse número chegou a 75,0 milhões, caindo para 73,7 milhões em 2016 e mantendo-se praticamente estável em 2017 (73,9 milhões).

Em todos os anos da série histórica, grande parte desses ocupados estava em empreendimentos de pequeno porte (1 a 5 pessoas), com o percentual ultrapassando a metade em 2016 (50,1%) e alcançando 51,5% em 2017. Outro grupo importante estava em empreendimentos com 51 ou mais pessoas, proporção que variou de 26,1% em 2017 a 30,5% em 2013 e 2014.

Com relação aos ocupados em empreendimentos de 1 a 5 empregados observou-se que as Regiões Norte e Nordeste apresentavam maiores percentuais que as demais regiões em todos os anos. Em 2017, essa estimativa era de 68,2% na Região Norte, 62,9% na Nordeste, 51,0% no Centro-Oeste, 47,9% no Sul, e 44,5% no Sudeste.

De 2016 para 2017, as Regiões Sudeste e Nordeste apresentaram os maiores crescimentos (2,4 e 1,2 pontos percentuais, respectivamente) dessa proporção. No período de 2012 a 2017 houve aumento do percentual de ocupados em empreendimentos de pequeno porte em todas as Grandes Regiões, sobretudo no Norte, Sudeste e Centro-Oeste.

Sudeste e Norte destacaram-se como as regiões com o maior e o menor percentual, respectivamente, de pessoas ocupadas em empreendimento com 51 ou mais pessoas. Em 2017, por exemplo, essas regiões apresentaram percentuais de 31,9% e 14,9%, nessa ordem.

De 2016 para 2017, as Regiões Norte, Sudeste e Sul permaneceram praticamente estáveis. No Centro-Oeste houve expansão de 1,3 ponto percentual e no Nordeste uma retração de 0,7 ponto percentual. Frente a 2012, houve redução do percentual de ocupados em empreendimento com 51 ou mais pessoas em todas as Grandes Regiões, principalmente na Norte (redução de 5,9 pontos percentuais).

Distribuição das pessoas ocupadas no setor privado, por tamanho do empreendimento (%)

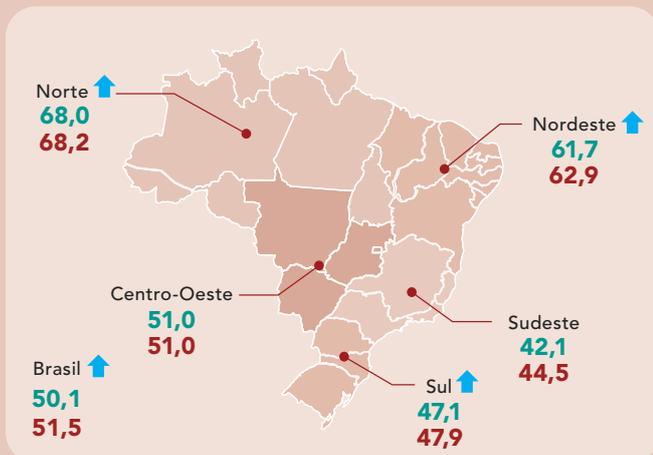


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2017.
Nota: Exclusive nos serviços domésticos.

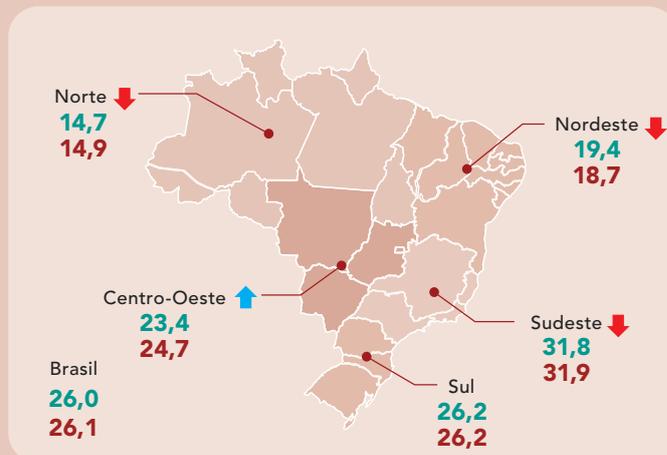
⁹ Para a pessoa ocupada que, no trabalho principal da semana de referência, era empregada no setor privado, empregadora, conta própria ou trabalhadora familiar auxiliar, foi pesquisado o número de pessoas ocupadas no empreendimento, classificado em: 1 a 5 pessoas; 6 a 10 pessoas; 11 a 50 pessoas; ou 51 ou mais pessoas.

Pessoas ocupadas, por tamanho do empreendimento (%)

1 a 5 pessoas



51 ou mais pessoas



● 2016 ● 2017

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

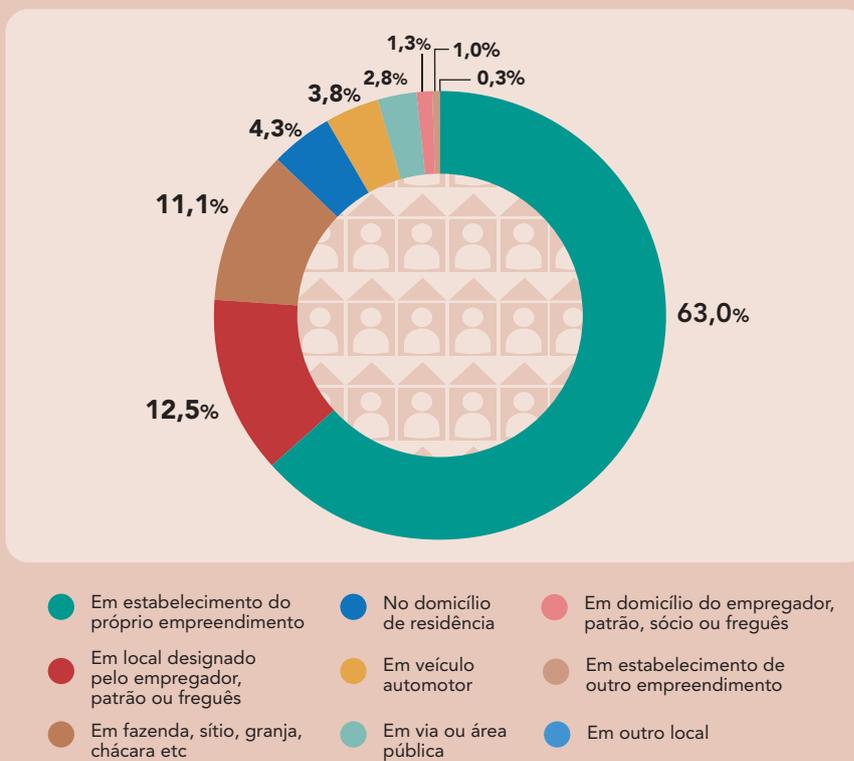
Local do estabelecimento¹⁰

A população ocupada no setor privado no Brasil, em 2017, trabalhava principalmente em estabelecimento do próprio empreendimento (63,0%), em local designado pelo empregador, patrão ou freguês (12,5%) e em fazenda, sítio, granja, chácara etc. (11,1%).

Em relação a 2016, os estabelecimentos no domicílio de residência tiveram o maior crescimento de contingente (16,1%), com expansão de 443 mil pessoas, o que totalizou 3 193 mil pessoas trabalhando nesse local em 2017 (4,3%).

Em 2017, 46 520 mil pessoas (63,0%) estavam ocupadas em estabelecimento do próprio empreendimento. As Regiões Norte (49,9%) e Nordeste (52,3%) tinham as menores estimativas; entretanto, em relação a 2016, foram as únicas a não apresentarem retração desse indicador. A Região Sudeste, que possuía os maiores percentuais, mostrou tendência de queda desde 2014 (72,0%), registrando 69,2% em 2017.

Distribuição das pessoas ocupadas no setor privado, por local do estabelecimento (%)



¹⁰ Para a pessoa ocupada como empregada no setor privado, empregadora, conta própria e trabalhadora auxiliar familiar no trabalho principal que tinha estabelecimento, foi pesquisado o local em que normalmente trabalhava.

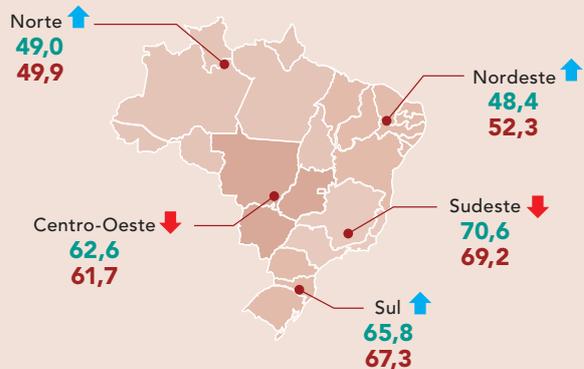
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Pessoas ocupadas no setor privado, em estabelecimento do próprio empreendimento (%)

Estabelecimento do próprio empreendimento



Brasil ↑
62,4
63,0

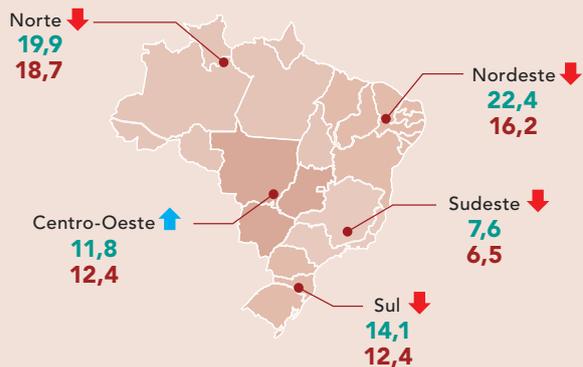


● 2012 ● 2017

Fazenda, sítio, granja ou chácara etc.



Brasil ↓
13,4
11,1



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2017.
Nota: Exclui-se nos serviços domésticos.

Cerca de 8,0 milhões de pessoas trabalhavam em fazenda, sítio, granja, chácara etc. em 2017 no País, representando 11,1% dos empregados no setor privado no trabalho principal (exclusive nos serviços domésticos). A Região Norte (18,7%) teve a maior

estimativa entre as Grandes Regiões, enquanto a Sudeste (6,5%) registrou a menor. O Nordeste (16,2%) apresentou a principal redução desse indicador entre 2016 e 2017.

Em 2012, 3 868 mil pessoas (22,4%) trabalhavam em fazenda, sítio, granja,

chácara etc. no Nordeste, passando a 2 707 mil pessoas (16,2%) no último ano da série. Essa redução de 1 162 mil pessoas representou 76,0% da queda nacional de 1 529 mil pessoas ocupadas nesse local de 2012 para 2017. ■

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Normalização textual

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Agência Brasil/EBC

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil, procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181



(21) 97385-8655



Links



Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=21073>>